



A. Domingues de Azevedo
Presidente da CTOC

Opinião da CTOC | Já o disse e reafirmo: o acto de pagar impostos é um "mal necessário", porque nos empobrece. O acento tónico está, contudo, em ver recompensado esse esforço. O retorno tem de se evidenciar ainda mais

À frente e atrás

1. É inegável: a Administração Fiscal imprimiu um ritmo na caça aos prevaricadores sem precedentes. Se é verdade que no passado existiam "fugitivos" de respeito, no presente e com a evolução tecnológica cada vez mais apurada, os métodos utilizados são mais precisos. Daí a necessidade de uma "guerra" sem quartel (com armas idênticas) aos que não cumprem. Já falei sobejamente sobre a questão. Volto a ela porque, independentemente de aplaudir o combate à evasão, não deixo de me preocupar sobre os efeitos perversos que essa batalha possa estar a atingir na actualidade, fruto de uma muito aguerrida máquina trituradora, designada por "Fiscal". Os meios têm de ser proporcionais. Sublinho, não vale "ceifár" tudo à frente. Os contribuintes, regra geral, cumprem. Mas é, de facto, incontestável que a Administração Fiscal tem conseguido dar paços largos, para a frente, nos últimos anos, noutros domínios muito importantes; hoje já ninguém concebe um sistema que não

passasse pelas declarações electrónicas. Se muitos persistem em dirigir-se aos serviços de Finanças para entregar um simples modelo do IRS, grande parte já o faz pela Internet. Aqui, Portugal deu um passo em frente em relação aos restantes países europeus (mais avançados em tantos outros níveis). Em 2007, 2 250 milhões de declarações pré-preenchidas foram recepcionadas pelos serviços. Um número que deixa para trás nações com pergaminhos na evolução tecnológica.

Vaidade à parte, foram os Técnicos Oficiais de Contas que insistiram no método da desmaterialização das declarações. Perante tanto pessimismo (na altura), os resultados falam por si.

2. O intitulado planeamento fiscal agressivo tem dado azo às mais diversas reacções. Para mim é uma falsa questão e o articulado do anteprojecto revela um alheamento da actualidade. É pobre. O planeamento fiscal positivo é legal. O anteprojecto não prevê a diferença entre planeamento posi-

tivo e negativo, onde, efectivamente existem abusos. Menos lógica existe na intenção do Governo em querer exigir que sejam os profissionais da contabilidade a alertar as autoridades, invocando o interesse público da profissão de Técnico Oficial de Contas, fazendo uma diferenciação discriminatória entre profissões, como solicitadores e advogados. O articulado está mal concebido, é difuso e, na minha óptica, não trará resultados positivos. Haja o bom senso de o rever, ouvindo as partes intervenientes. Ao contrário do caminho que está a ser percorrido com a desmate-

Julgo que vão começar a haver condições para um alívio fiscal, pelo menos nos impostos directos

rialização das declarações, ao ir para a frente, o Executivo dá um "passo atrás" com esta questão do planeamento fiscal. Já agora: o que é planeamento fiscal? Onde começa e o que comporta?

3. O ano está a terminar. 2008 avizinha-se, de novo, um ano difícil para os portugueses, para os contribuintes. Não se vislumbra uma descida da carga fiscal, muito dependente da conjuntura económica europeia e mundial. Os índices económicos manter-se-ão em arrefecimento? Já o disse e reafirmo: o acto de pagar impostos é um "mal necessário", porque nos empobrece. O acento tónico está, contudo, em ver recompensado esse esforço. O retorno tem de se evidenciar ainda mais. Os contribuintes têm de sentir que o esforço dispensado vale mesmo a pena. Sem querer ser um optimista (), julgo que vão começar a haver condições para um alívio fiscal, pelo menos nos impostos directos, que são os que mais doem a todos nós.

Feliz Ano Novo. ►